



Número: **0801778-39.2018.8.20.5100**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Assu**

Última distribuição : **22/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDILSON FERNANDES BARBOSA (AUTOR)		CAIO CESAR ALBUQUERQUE DE PAIVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34901296	22/11/2018 15:01	01. Documentos	Documento de Comprovação
34963090	26/11/2018 23:56	Despacho	Despacho
35435056	11/12/2018 17:13	Petição	Petição
35619219	18/12/2018 17:53	Despacho	Despacho
37182636	10/01/2019 16:29	Petição	Petição
37182674	10/01/2019 16:29	Documentos 1	Documento de Comprovação
37182863	10/01/2019 16:29	Documentos 2	Documento de Comprovação
37183665	10/01/2019 16:54	Petição	Petição
37185369	10/01/2019 16:54	Requerimento Administrativo - Elloah	Documento de Comprovação
37926464	22/01/2019 08:44	Despacho	Despacho
38282684	22/01/2019 22:35	Petição	Petição



Caio César Albuquerque de Paiva
OAB/RN 10.407
Carla Caroline Albuquerque de Paiva
OAB/RN 12.726

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S): ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES, brasileira, menor púbere, portador da cédula de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____
Representado por Edison Fernandes Barbosa, brasileira, A.S.G, solteiro, portador(a) da cédula de identidade nº 2.040.197, inscrito(a) no CPF/MF sob 012.525.254-43, ambos residentes e domiciliados(as) na Rua Demostenes Amorim, nº 111, bairro Vertentes Cidade ASSU/RN, CEP 59650-000

OUTOGADO(S): Caio César Albuquerque de Paiva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 10.407, com endereço profissional onde recebe notificações e intimações na Rua Pedro Velho, nº 119, Santo Antônio, Mossoró/RN, CEP 59.611-010.

PODERES: Confere(m) amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas “ad-judicia e et extra”, a fim de que possa(m) defender os interesses ou direito(s) do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal ou privada, em repartição que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, formar compromissos, prestar declarações, e, praticar(em) todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, inclusive, receber alvará judicial.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Cláusula Primeira: O Outorgante pagará honorários contratuais ao Outorgado à razão de 30% (trinta por cento) do que vier a receber por força de condenação em primeira e segunda instância ou em decorrência de composição amigável, bem como, os honorários sucumbenciais que a parte contrária ficar a pagar, pertencerá, na sua totalidade, ao Outorgado.

Cláusula Segunda: Qualquer composição amigável que venha a ser realizada após o ajuizamento da ação, deverá necessariamente contar com a expressa concordância do Outorgado.

Cláusula Terceira: Havendo desistência da ação pela Outorgante esta pagara ao Outorgado a quantia correspondente a 01 (um) salário mínimo mensal vigente à época da execução do contrato, devidamente corrigido, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da propositura da ação até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo dos honorários constantes da Cláusula Primeira.

Cláusula Quarta: Os honorários ora pactuados poderão ficar retidos nos autos do processo, mediante requerimento do Outorgado, com expressa anuência da Outorgante.

Cláusula Quinta: O contrato ora formalizado valerá como título executivo extrajudicial e dará direito à execução por quantia certa.

ASSU-RN, 22 de Setembro de 2013

Outorgante

EDILSON FERNANDES BARBOSA

Representante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

ELLOÁH VITÓRIA DE OLIVEIRA FERNANDES

MATRÍCULA:

094003 01 55 2014 1 00117 008 0054729 72

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO)

Vinte e nove de agosto de dois mil e quatorze.

DIA
29

MÊS
08

ANO
2014

HORA DE NASCIMENTO
13h35min

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
Assú/RN

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
Assú/RN

LOCAL DE NASCIMENTO

na Policlínica do Assu Ltda, Rua
24 de Junho s/nº, Centro, nesta
cidade

SEXO
Feminino

FILIAÇÃO

EDILSON FERNANDES BARBOSA, natural de Ipanguaçu - RN e JAMYLLA ANNELY DE
OLIVEIRA SOUTO, natural de Mossoró - RN

AVÓS

ERALDO FERNANDES BARBOSA e FRANCINEIDE MOREIRA DE OLIVEIRA BARBOSA
(paternos) e ANTONIO DELFINO SOUTO e JANDIRA DE OLIVEIRA (maternos)

GÊMEOS
Não

NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)
Nada consta.

DATA DE REGISTRO (POR EXTENSO)

Dois de setembro de dois mil e quatorze.

NUMERO DA DNV

30-64395784-9

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

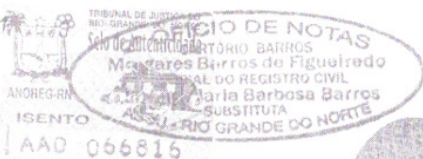
Não constam averbações à margem do termo.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Assú, 2 de setembro de 2014.

1ª VIA

ISENTA DE EMOLUMENTOS

2º Ofício de Notas e Registro Civil
Margarês Barros de Figueiredo - Oficial do Registro Civil
Adriana Maria Barbosa Barros - Oficiala Substituta
Endereço: Av. Senador João Câmara, nº 381, centro
(84)3331-1081 - Assú/RN



() Oficial () Substituta () Escrevente

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL 002.040.157 DATA DE
EXPEDIÇÃO 15/10/1998

NOME
EDILSON FERNANDES BARBOSA

FILIAÇÃO
ERAILDO FERNANDES BARBOSA
FRANCINETE MOREIRA DE O BARBOSA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
IPANGUACU RN 17/08/1981

DOC. ORDEM LER-NAS L0025 F-232 RG-007046

IPANGUACU RN CARTÓRIO

CPF

HEMANTONIO DIETTOR O X. FILHO

LEI Nº 7.116 DE 29.07.73

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

EDILSON FERNANDES BARBOSA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/08/00

Assinatura
EDILSON FERNANDES BARBOSA

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE
PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo
nos casos previstos na Legislação vigente.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
EDILSON FERNANDES BARBOSA

Nº de Inscrição
012525254-43

Data do Nascimento
17/08/81

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0

cosern
Grupo Neoenergia
www.cosern.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE
JANDIRA DE OLIVEIRA
CPF: 721.758.344-68

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA DEMOSTENES AMORIM 111

VERTENTES/ÁREA URBANA
59650-000 ASSU RN

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DATA DE VENCIMENTO
05/09/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)
0,00

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL
17/08/2018

DATA DA APRESENTAÇÃO
17/08/2018

NÚMERO DA NOTA FISCAL
011073423

Série: U

CONTA CONTRATO
000621919016

Nº DO CLIENTE
3000648291

Nº DA INSTALAÇÃO
0000012304

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Monofásico

RESERVADO AO FISCO
689F.3615.27E2.0B48.FE72.D6E7.BF2B.0D24

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	170,00	0,64322408	109,34
Acréscimo Bandeira VERMELHA			11,37
Contribuição Iluminação Pública			12,63
Doação LBV - 0800 055 5099			5,00
TOTAL DA FATURA			138,34

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

ICMS		PIS		COFINS	
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
120,71	18,00	21,72	120,71	1,29	1,55
					5,96
					7,19

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

RS	%
120,71	86,95
11,37	8,21
12,63	9,11
5,00	3,61
TOTAL	138,34

HISTÓRICO DO CONSUMO

MÊS	CONSUMO (kWh)
AGO 18	170
JUL 18	161
JUN 18	196
MAI 18	174
ABR 18	197
MAR 18	190
FEV 18	231
JAN 18	186
DEZ 17	203
NOV 17	188
OUT 17	180
SET 17	193
AGO 17	158

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
H503373	CAT	18/07/2018 31.454,00	17/08/2018 31.624,00	30	1,00000	0,00	170,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LECTURA: 18/09/2018

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	MÉDIA MENSAL	MÉDIA TRIM	MÉDIA ANUAL
DC-No.de horas sem Energia	ACU	0,00	8,43	10,86	21,73
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,30	6,60	13,20
DMC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	2,11	0,00	0,00
DICR-Duração de interrupção em dia crítico					
Limite DICR:			12,22		
BSU-Valor do Encargo de Uso - R\$		46,32			

Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMC e DICR a qualquer tempo.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! mercadinho da construção: rua joao celso filho, 1045, sao joao / supermercado cd. rua poetisa alicia wanderley, 389, centro. Lista completa em www.cosern.com.br.
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br.
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.
Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL). Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês.
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.
O consumidor pode cancelar a cobrança de serviços de terceiros na fatura a qualquer tempo - Art 7º- REN 581/13.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)
220	MÍNIMO 202 MÁXIMO 231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO
000621919016	08/2018	0,00	05/09/2018

TALÃO DE PAGAMENTO

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.
Este canhoto será usado em leitora ótica.

FATURA PAGA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ASSU
Rua João Pessoa, 598, Centro, Assu/RN. TELEFONE: 3331- 6596

BOLETIM DE OCORRÊNCIA 1123/2016

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE EM TRANSITO
Local: RUA DA QUADRA DO CONJUNTO IRMÃ LINDALVA EM ASSU
Data do Fato: 23/03/16 Horário: 17:30

COMUNICANTE: EDILSON FERNANDES BARBOSA

Fone: (84) 99903-2835

Filiação: ERALDO FERNANDES BARBOSA E FRANCINEIDE MOREIRA DE OLIVEIRA BARBOSA
Naturalidade: IPANGUAÇU-RN Nacionalidade: BRASILEIRO (A)
Nascido em: 17/08/1981 Idade: 34 ANOS RG: 002.040.197-ITEP/RN
Endereço: RUA DEMOSTENES DE AMORIM, 111, VERTENTES, ASSU-RN.
Estado Civil: SOLTEIRO Profissão: SERVENTE

VÍTIMA: (A) ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES

Fone:

Filiação: JAMYLLA ANNELY DE OLIVEIRA SOUTO E EDILSON FERNANDES BARBOSA

Naturalidade: ASSU Nacionalidade: BRASILEIRO (A)
Nascido em: 29/08/2014 Idade: 01 ANO E 09 MESES DOC:RG.

Endereço: RUA DEMOSTENES DE AMORIM, 111, VERTENTES, ASSU-RN
Estado Civil: SOLTEIRAS Profissão:

ACUSADO (A): A ESCLARECER

Filiação: Fone:
Naturalidade:
Nascido em: Idade: Nacionalidade: BRASILEIRO
Endereço: Doc.:
Estado Civil: Profissão:

HISTÓRICO

O COMUNICANTE COMPARECEU NESTA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL AFIRMANDO QUE NA DATA, HORA E LOCAL, O COMUNICANTE ESTAVA EM SUA BICICLETA, JUNTAMENTE COM A PESSOA DA VITIMA QUE UMA CRIANÇA DE 01 ANO E 09 MESES, QUANDO DE REPENTE FOI COLIDIDO POR UM MOTOCICLETE, NÃO SABENDO INFORMAR A PLACA E NEM O CONDUTOR; QUE A VITIMA FOI SOCORRIDA PELO SAMU PARA O HOSPITAL DESTA CIDADE DE ASSU E EM SEGUIDA TRANSFERIDA PARA O HOSPITAL TARCISIO MAIA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN. NADA MAIS DISSE. O (A) COMUNICANTE ASSUME TOTAL RESPONSABILIDADE POR SUAS DECLARAÇÕES.

PROVIDENCIA: ENTREGUE UMA VIA AO COMUNICANTE

Testemunha: FRANCISCO PEREIRA-RG. 240579-ITEP/RN-*Francisco Pereira*

Endereço: RUA DEMOSTENES DE AMORIM, 111, VERTENTES, ASSU-RN

Testemunha: JAMYLLA ANNELY DE OLIVEIRA SOUTO-RG.002.040.197-ITEP/RN-*Jamylla Annelly de Oliveira Souto*

Endereço: RUA DEMOSTENES DE AMORIM, 111, VERTENTES, ASSU-RN

Registrado em: 03/06/2016

Horário: 11:20 HRS

EDILSON FERNANDES BARBOSA
ASSINATURA DO COMUNICANTE

Luiz de França Torres Neto
APC - Mat. 92221-8
ASSINATURA E MAT. DO(A) SERVIDOR(A)

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos e necessários fins que o usuário, ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES, 1 anos, foi atendido pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192/RN, da cidade de Assú - RN, no dia 19/03/16, no endereço, Quadra de Santa Andreia, paciente vítima de colisão moto/bicicleta.

Assú, 23 de Março de 2016

Atenciosamente,

Arley Cristian Martins Bernardo
Enfermeiro
COREN-RN 176.568

Enf. Arley Cristian Martins Bernardo.
Coordenador da Base Descentralizada do SAMU VALE DO ASSÚ

SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA O HRTM ATRAVÉS DA UGV

Paciente: <i>Olá Vitória de Oliveira</i>	
Idade: <i>36m</i>	Sexo: M() F()
Diagnóstico: <i>ITCE</i>	
Parecer/Clinica: <i>laudo notório de laudo a D.</i>	
Hospital Solicitante da Vaga: <i>Assu.</i>	
Enfer.()	UTI() Ped.()
Médico Solicitante: <i>Dr. Valquer</i>	
Paciente c/ Encaminhamentos: S() N()	
Data/Hora da Solicitação:	
Técnico UGV:	

Clara Jordany
 Enfermeira
 COREN/RN - 140137

CARIMBOSE CÓPIAS - Mossoró/RN - (84) 3317-4920

Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINT ROSADO NETO

REGISTRO N°

2.554.429

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: *Clara Victoria P. Oliveira*

O. N.

1464

Cartão SUS

Doença: *Dor torácica*

Bairro

Venturo

U.F.

Fone

País

19/03/16

Hora: 19:40

ACCR

AMARELO

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

*colapso de carro q. bicicleta no + 3h
sem sintomas ou dor
após q. choque e manobra*

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SAML MOSSORÓ 9/10/16
SAML ARQUIVO

Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA DO NETO

REGISTRO N°
9.554.429

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: *Clara Victoria de Oliveira*

D. N.

Idade: *16M*

Cartão SUS n°

Bairro: *Vila Santa*

U.F. Fone

Prof.

15/03/16

Hora: *19:40*

ACC.R:

PRINCIPAL (O.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

*coler de cãrdo q brucelato ho + 3h
na vronta de de rano
apre q clonagi e roneleu*

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 01/04/16
SAME ARQUIVO

Hora:

Forças do NCB
~~Forças~~ do circo.

Dr. Fernando Lima Bazzani
PEDIATRA
CRM 3240

7/2/87 7/2/87 (no)

Voluntades de cada Bruchos x Casa de Madre
do Curador.

Mrs B.T. Coe
 111 N
 1st Street
 Chicago (11)

$\rho = 72$ so $\log \rho = 1.856$

~~PRESCRIÇÃO MÉDICA~~

Neurologie
CRM/RN 5893

DATA E
HORA

PRESCRIÇÃO

VIA

ENFERMAGEM

HORÁRIO

ASSINATURA

A classe mal

① that a girl

OBSERVE AT 10 AM

So Alternative North

Wilson Vasconcelos de Alencar
Nascimento
CRMEF 17573

[Handwritten signature]

Wilson Vasconcelos de Almeida
Neurocirurgia
CRM-UF 11575

DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)

COMPETÊNCIAS DO ATENDIMENTO

SAÍDA DO PRONTO SOCORRO () INTERVENÇÃO HOSPITALAR () TRANSFERÊNCIA () OUTROS (Descrever)

Date: / / Page: 10

Data

Hora

União do NCB
União do NCB

Dr. Fernando Neto Duarte
PEDIATRA
CRM 12240

União do NCB (no)

União do NCB e União do NCB x União do NCB

União do NCB
União do NCB
União do NCB
União do NCB

União do NCB

União do NCB

CRM/RN 5852

PRESCRIÇÃO

VIA

ENFERMAGEM

HORÁRIO

ASSINATURA

União do NCB

União do NCB

União do NCB

União do NCB

União do NCB

União do NCB
CRM 17573

União do NCB
CRM 17573

Hora

SINISTRO 3170061132 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES
COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO LJ
ALLIANCE CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Posição em 22-09-2018 13:54:43

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. [Clique aqui](#) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801778-39.2018.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: EDILSON FERNANDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a exordial, a fim de fornecer a documentação médica legível, assim como o parecer conclusivo acerca de seu pedido administrativo, considerando que aquele anexado aos autos nada demonstra, sob pena de indeferimento da inicial.

AçU/RN, 24 de novembro de 2018

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN.**

Justiça Gratuita

Proc. Nº. 0801778-39.2018.8.20.5100

ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES neste ato representada por **EDILSON FERNANDES BARBOSA**, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado legalmente constituído, em respeito ao despacho proferido, **requerer a juntada da documentação médica legível.**

Nestes termos, pede deferimento.

Assu-RN, 11 de dezembro de 2018.

CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA
OAB/RN 10.407



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AçU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801778-39.2018.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: EDILSON FERNANDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos os documentos solicitados no despacho de ID 34963090, sob pena de extinção.

AçU/RN, 18 de dezembro de 2018

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN.**

Justiça Gratuita

Proc. Nº. 0801778-39.2018.8.20.5100

ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES neste ato representada por **EDILSON FERNANDES BARBOSA**, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado legalmente constituído, em respeito ao despacho proferido, **requerer a juntada da documentação médica legível.**

Nestes termos, pede deferimento.

Assu-RN, 10 de janeiro de 2018.

CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA
OAB/RN 10.407

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos e necessários fins que o usuário, ELIOMIA VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES, 1 anos, foi atendido pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192/RN, da cidade de Assú - RN, no dia 19/03/16, no endereço, Quadra de Santa Adolpho, paciente vítima de colisão moto/bicicleta.

Assú, 23 de Maio de 2016

Atenciosamente,

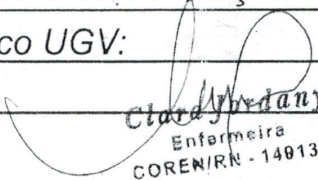
Arley Cristian Martins Bernardo
Enfermeiro
COREN-RN 176.568

Enf. Arley Cristian Martins Bernardo.

Coordenador da Base Descentralizada do SAMU VALE DO ASSÚ

SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA O HRTM ATRAVÉS DA UGV

Paciente: <u>Elói Vitória de Oliveira</u>		
Idade: <u>1a6m</u>	Sexo: M() F()	
Diagnóstico: <u>ITCE</u>		
Parecer/Clínica: <u>bolhas foto x licicula</u>		
<u>afundada a D.</u>		
Hospital Solicitante da Vaga: <u>Assu</u>		
Enfer.()	UTI()	Ped.()
Médico Solicitante: <u>Dr. Valquer</u>		
Paciente c/ Encaminhamentos: S() N()		
Data/Hora da Solicitação:		
Técnico UGV:		


 Cláudia Jordany
 Enfermeira
 COREN/RN - 149137

CARIMBOS E CÓPIAS - Mossoró/RN - (84) 3317-4920

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO			
Nome	Elou Vitória de Oliveira	D. N.	/ / Idade: 146M.
Profissão		Cartão SUS n°	
Endereço - Rua	Deputado Arforim III	Bairro	Venturo
Cidade	ASSU - RN	U.F.	Fone:
Filiação - Mãe		Pai	

Data: 19/03/16

Hora: 19:40

A.C.C.R.:

AMARELO

1. QUEIXA PRINCIPAL (Q.P) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

colis de carro q bicicleta no ± 3h.
no momento ou depois
agor q obstrução e resoluta

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 19/03/16
SAME / ARQUIVO

2. EXAME FÍSICO

3. HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

TCE

Hora:

Dr. Fernando Lima Bezerra
PEDIATRA
CRM 3240

VIA

ENFERMAGEM

HORÁRIO

ASSINATURA

Milson Vasconcelos de Alencar
Nº em cirurgia
CRM-DF 17573

Wilson Vasconcelos de Alencar
Neurocirurgia
CRM-DF 17575

) OUTROS (Descrever)

Identificação Médica

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 1ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ASSU/RN.**

Justiça Gratuita

Proc. Nº. 0801778-39.2018.8.20.5100

ELLOAH VITORIA DE OLIVEIRA FERNANDES neste ato representada por **EDILSON FERNANDES BARBOSA**, já devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seu advogado legalmente constituído, em respeito ao despacho proferido, **requerer a juntada do comprovante de requerimento administrativo.**

-

A parte autora informa ainda que já juntou aos autos toda a documentação necessária, esclarecendo ainda, que requereu administrativamente indenização referente ao seguro DPVAT, juntando ao processo administrativo também toda a documentação necessária.

Esclarece a parte autora que realiza o acompanhamento de seu processo através do site da seguradora, qual seja, www.dpvatsegurodotransito.com.br, que forneceu a informação de que o **pedido do processo administrativo encontra-se negado.**

A parte autora já tentou de todas as formas sanar a suposta pendência alegada pela seguradora ré, contudo, não obteve êxito.

É que em inúmeras oportunidades as seguradoras colocam entraves para fazer aquilo que foram pagas para fazer. Para piorar a situação, via de regra, fazem o serviço em um tempo absurdo, muito superior ao que seu cliente espera (ou pode) esperar. As práticas das operadoras de seguros costumam passar longe do que está estipulado a elas por sua agência reguladora, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

Após a abertura do sinistro a maioria das seguradoras costuma a exigir uma série de documentos dos segurados, o que prolonga em muito a autorização do pagamento do prêmio.

Impede assinalar que o pleito indenizatório está a depender da prova do dano, do acidente automobilístico e do nexo causal, consoante dicção do artigo 5º da Lei nº 6.174/1974, *in verbis*:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Nesse caso, requisitos preenchidos pela parte autora.

Esclarece ainda, que o prévio requerimento administrativo é necessário para configuração do interesse de agir nas ações de cobrança de indenização de seguro DPVAT, no entanto, o ajuizamento de ação de cobrança visando o recebimento do seguro DPVAT não tem como pressuposto o esgotamento da via administrativa pelo requerente, em razão da liberdade de acesso ao Judiciário (inciso XXXV, ado art. 5º da CF/88).

Neste sentido é o entendimento pacífico da jurisprudência pátria:

Ementa: DPVAT. Ação de cobrança de seguro obrigatório pela morte do companheiro, pai e avô dos autores em acidente de trânsito. Sentença de procedência. Recurso da seguradora ré. Ilegitimidade ativa da companheira e dos netos da vítima afastada. Desnecessidade do esgotamento das vias administrativas para a cobrança da indenização securitária em razão da liberdade de acesso ao Judiciário (inciso XXXV, do art. 5º da CF/88). Autores que fazem jus ao recebimento da integralidade do valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT (R\$ 13.500,00), decorrente da morte do companheiro, pai e avô deles, em acidente de trânsito. Recurso parcialmente provido, apenas para reduzir a verba honorária. (TJ-SP - Apelação APL 0000068-07.2013.8.26.0450, 35ª Câmara de Direito Privado, Relator Moraes Pucci, Julgamento 30/11/2015) (grifo nosso)

Faz-se mister consignar ainda que a relação havida entre as partes caracteriza-se como de consumo, por se encaixar nos ditames dos artigos 2º e 3º, §2º, do CDC. *In casu*, trata-se de atividades securitárias, que são serviços considerados como relação de consumo.

Se o requerido tem natureza jurídica de seguradora, devem incidir, com toda certeza, as normas da lei de proteção ao consumidor.

É inconcebível o entendimento de que o CDC não se aplica aos casos de contrato de seguro obrigatório - DPVAT.

Pois bem. A inversão do ônus da prova é direito básico do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, *in verbis*:

“A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.”

Demonstram-se presentes os pressupostos autorizadores da inversão do ônus da prova preconizados pelo artigo 6º, inciso VIII, do CPC, quais sejam: a hipossuficiência da autora e a verossimilhança das alegações aduzidas na inicial de ação de cobrança.

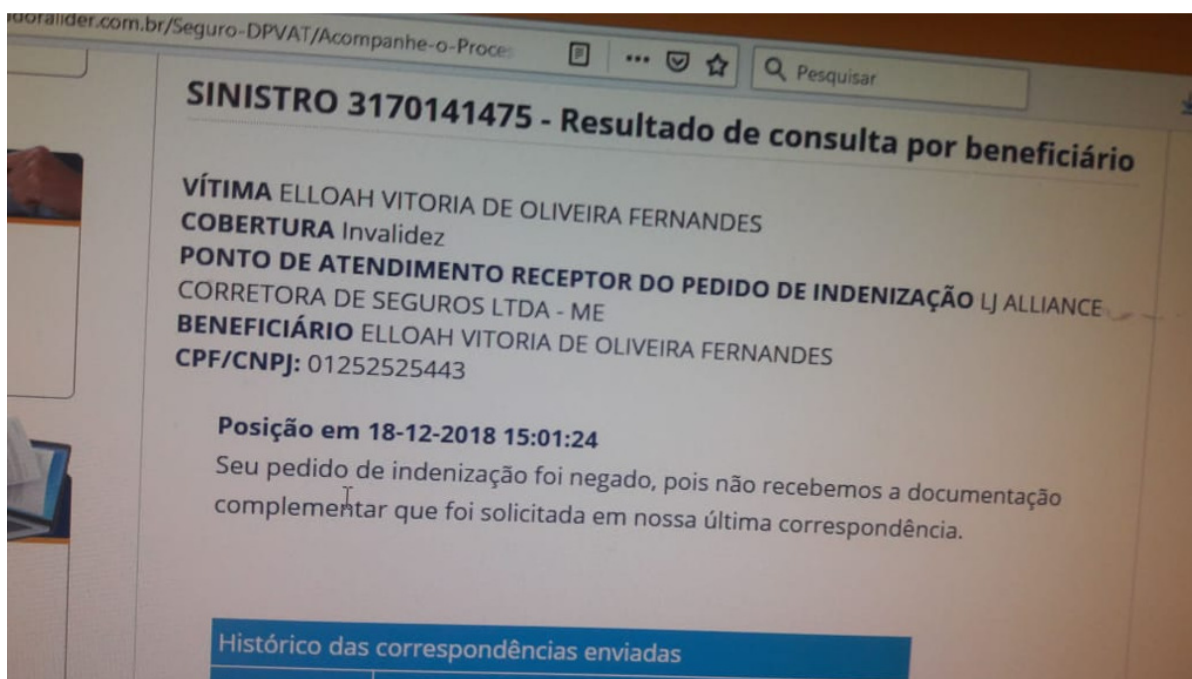
In casu, a hipossuficiência é patente, pois do outro lado está a seguradora de um banco. Assim sendo, a inversão do ônus da prova virá a equacionar essa desproporção, de forma a respeitar o princípio constitucional da igualdade (artigo 5º).

Diante do exposto, requer a parte autora a inversão do ônus da prova, para determinar que a seguradora ré junte aos autos o processo administrativo da autora, esclarecendo ainda, o motivo da não concessão do seu pedido administrativo.

Nestes termos, pede deferimento.

Assu-RN, 10 de janeiro de 2019.

CAIO CÉSAR ALBUQUERQUE DE PAIVA
OAB/RN 10.407





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Assu
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, ASSU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0801778-39.2018.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: EDILSON FERNANDES BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50). Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do meritum causae, defiro, desde já, a produção da prova. Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico. Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresnetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar. Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara. Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova. Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído. Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias. Apresentado o laudo, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios

DPVAT, em que houve a fixação dos honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), intime-se a seguradora-ré para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o pagamento dos honorários referentes à pauta integral do dia aprazado, devendo a Secretaria Judiciária elaborar uma lista descritiva tanto daquelas efetivamente realizadas, como também dos ausentes. Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual. Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida. Nessa mesma oportunidade, intem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes. Com a manifestação do profissional, intem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta. Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença. Publique-se.

ASSU/RN, 22 de janeiro de 2019.

ALINE DANIELE BELÉM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

Ciente.